

# A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

**Palavras-Chave:** Interseccionalidade. Desigualdade social. Produção de alimentos.

**Autores/as:**

**DÉBORA BATISTA DELFINO, FEAGRI, UNICAMP**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo, FEAGRI, UNICAMP**

**Dr.<sup>a</sup> Shana Sampaio Sieber, FEAGRI, UNICAMP**

---

## INTRODUÇÃO:

O debate interseccional tem suscitado algumas pesquisas no Brasil, desde a perspectiva de classe, gênero, étnico-racial e de origem geográfica, para subsidiar políticas voltadas para a erradicação da insegurança alimentar (SANTOS et al., 2022). Se os resultados das pesquisas continuam indicando o aumento da situação de insegurança alimentar em residências chefiadas por mulheres e pessoas negras, localizadas em áreas rurais, sobretudo na agricultura familiar e nos estados do Norte e Nordeste (REDE PENSSAN, 2021; 2022), é razoável questionar esses resultados sob um viés de gênero e racial.

A agricultura familiar correspondia a 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários no país, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 e 76,8% segundo os dados de 2017 (TEIXEIRA, 2019), representando grande parte da produção de alimentos presentes na mesa da população brasileira, sobretudo no Nordeste do país.

Hora et al. (2021) a partir da análise do Censo Agropecuário de 2017 identificaram que dentre os estabelecimentos brasileiros da agricultura familiar, as mulheres dirigiam 19,7%, enquanto a não familiar era dirigida em 15,2% dos casos. Por um recorte territorial, o Nordeste tem a maior representação de mulheres na direção das propriedades, em comparação com outras regiões. Dentre elas, 61% são dirigidas por mulheres pardas e 24% por mulheres pretas (HORA et al., 2021).

Dessa forma, a problematização regional se torna referencial para a discussão racial e interseccional no reconhecimento da contribuição das mulheres na produção de alimentos da agricultura familiar, já que, contraditoriamente, a insegurança alimentar continua rondando as condições de desigualdades experienciadas por elas, em todo o Brasil. Assim, o presente estudo teve como objetivo identificar e caracterizar a representação das mulheres nos estabelecimentos agropecuários na comparação entre os estados de São Paulo e Pernambuco.

## METODOLOGIA:

A coleta de dados foi feita a partir de análise descritiva dos dados do censo agropecuário de 2017 sobre a agricultura familiar, considerando as questões de gênero da direção dos estabelecimentos, utilização de agrotóxicos, produção orgânica, renda e a cor ou raça do (a) produtor (a).

A análise das informações disponíveis foi desenvolvida por estatística descritiva, conforme Scheuer (2019), que consiste na quantificação (frequência) dos estabelecimentos da agricultura familiar. Os dados dessas tabelas foram tratados e separados para representar apenas as quantificações no estado de São Paulo, Pernambuco e os dados gerais do Brasil, para servir como base de comparação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os dados apresentados na Tabela 1 apresentam uma comparação entre os estados de São Paulo e de Pernambuco, demonstrando que o estado de Pernambuco apresenta uma relação maior de mulheres chefiando as propriedades familiares, com 28,1%, enquanto o estado de São Paulo apresenta apenas 14,1%.

**Tabela 1:** Números totais da chefia dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Representação</b>
<b>Brasil</b>	3.127.736	769.672	19,75%
<b>Pernambuco</b>	167.215	65.396	28,11%
<b>São Paulo</b>	105.331	17.224	14,05%

Para caracterizar a produção agrícola familiar, os estabelecimentos foram separados com relação ao gênero da chefia (homens e mulheres), também foram analisados os dados acerca do uso de agrotóxicos durante o manejo da safra e se há produção orgânica, apresentando dados comparativos sobre os estados de Pernambuco e São Paulo nas tabelas 2 e 3.

**Tabela 2:** Produção orgânica na agricultura familiar.

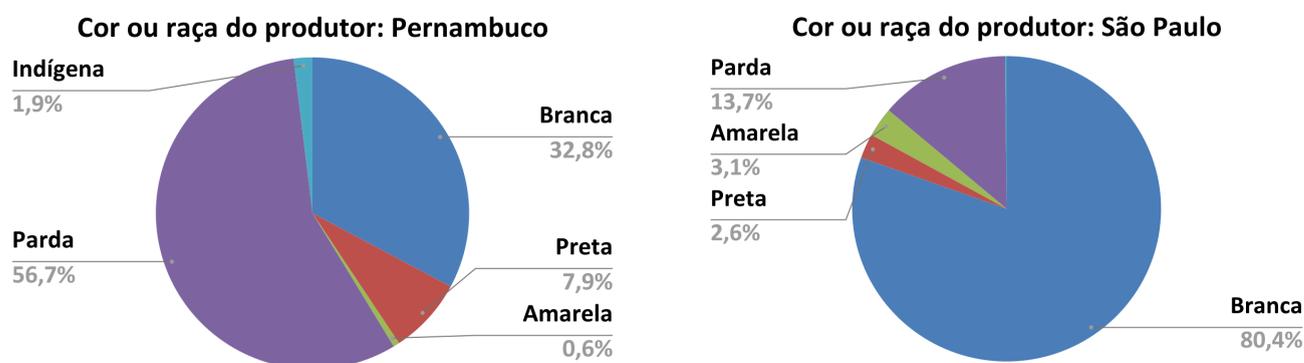
		<b>Produção Orgânica</b>	<b>Total</b>	<b>Representação</b>
<b>Brasil</b>	Homens	38.750	3.127.736	1,24%
	Mulheres	10.580	769.672	1,37%
<b>Pernambuco</b>	Homens	3.429	167.215	2,05%
	Mulheres	1.430	65.396	2,19%
<b>São Paulo</b>	Homens	2.620	105.331	2,49%
	Mulheres	754	17.224	4,38%

**Tabela 3:** Uso de agrotóxicos na produção da agricultura familiar.

		Não utilizou	Total	Representação
<b>Brasil</b>	Homens	1.991.682	3.127.736	63,68%
	Mulheres	589.661	769.672	76,61%
<b>Pernambuco</b>	Homens	127.232	167.215	76,09%
	Mulheres	52.954	65.396	80,97%
<b>São Paulo</b>	Homens	63.201	105.331	60,00%
	Mulheres	11.993	17.224	69,63%

Percebe-se que a produção orgânica (agricultura e pecuária) na agricultura familiar é pouco representativa em comparação à convencional (menor que 5% em todos casos analisados), embora note-se um destaque para a produção feminina em São Paulo, que apresentou percentualmente números maiores do que Pernambuco e a média brasileira. Também foi possível observar que os estabelecimentos chefiados por mulheres fazem menos uso de agrotóxicos. Em Pernambuco 80,97% de propriedades não fizeram uso de agrotóxicos durante o período analisado pelo Censo Agropecuário de 2017.

Partindo para uma análise interseccional entre origem geográfica e raça (segundo a classificação do IBGE) na produção da agricultura familiar, foi possível demonstrar a disparidade racial que a agricultura familiar apresenta de acordo com a região do país, como mostram os gráficos abaixo.



**Figura 1:** Distribuição étnico-racial da chefia dos estabelecimentos.

Observando os gráficos nota-se que no estado de Pernambuco a maior parte das produtoras da agricultura familiar é preta ou parda (representando juntas 64,6% do total de estabelecimentos), enquanto em São Paulo o cenário mostra a massiva dominância branca na chefia das propriedades rurais (80,4%). Esse comportamento desigual pode ser atribuído a múltiplos fatores, dentre eles a distribuição racial das regiões sudeste e nordeste, a vulnerabilidade social associada a cada estado e a discrepância de renda entre São Paulo e Pernambuco.

Também foi possível fazer uma avaliação relacionando gênero e raça na chefia feminina dos estabelecimentos rurais. O comportamento apresentado anteriormente se repete nesta análise, identificando que o estado de Pernambuco segue com maiores números de contribuição feminina preta e parda na chefia das propriedades rurais, enquanto São Paulo apresenta minoria da categoria na liderança dos estabelecimentos.

**Tabela 4:** Números dos estabelecimentos chefiados por mulheres pretas e pardas.

	Pretas e Pardas	Total	<b>Representação</b>
<b>São Paulo</b>	4.232	17.224	24,57%
<b>Pernambuco</b>	43.004	65.396	65,76%
<b>Brasil</b>	482.919	769.672	62,74%

## **CONCLUSÕES:**

As mulheres, em especial as pretas e pardas, desempenham um papel fundamental na produção de alimentos na agricultura familiar do país, e enfrentam diariamente desafios consideráveis relacionados com a insegurança alimentar, a invisibilidade social e a desigualdade econômica a que estão submetidas. Os dados estudados evidenciam a complexa intersecção entre gênero, raça e origem geográfica no Brasil, com ênfase nas disparidades entre os estados de São Paulo e Pernambuco.

A chefia feminina dos estabelecimentos rurais (com foco nas mulheres pretas e pardas) foi muito mais expressiva em Pernambuco, onde a produção feminina de alimentos utiliza menos agrotóxicos no manejo das safras. Em contraponto, São Paulo apresenta maior adesão à produção orgânica, embora também demonstre uma dominância branca e masculina na liderança dos estabelecimentos rurais, refletindo as contradições socioeconômicas e raciais do estado. A participação das mulheres rurais na produção de alimentos deve ser reconhecida e contabilizada para garantir de fato o desenvolvimento rural sustentável e equitativo, que reflita a diversidade da agricultura no Brasil.

## **BIBLIOGRAFIA**

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** In Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014, pp. 61-73.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. A presença das mulheres na agricultura brasileira: possibilidades e limites do Censo Agro 2017. Revista de Estudos Feministas, vol. 28, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos#características-produtores>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares Perfil das despesas no Brasil Indicadores de Qualidade de vida. [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101886.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NOBRE, Miriam, SILIPRANDI, Emma, QUINTELA, Sandra e MENASCHE, Renata. **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998.

NOBRE, Miriam. **Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero**. In. BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla (orgs). As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do sul. Brasília: MDA, 2012, pp. 43-118.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **VIGISAN – II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_AF\\_National\\_Survey\\_of\\_Food\\_Insecurity.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf).

TEIXEIRA, Gerson. **O Censo Agropecuário 2017**. Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 8, nº 16, Jul-Dez. Florianópolis, Necat/UFSC, 2019. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/issue/view/271/118>. Acesso em: 03 mai. 2023.

SANTOS, L. A. et al.. **Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, n. 11, p. e00130422, 2022.

SCHEUER, J.. **Dinâmica da agricultura brasileira em 2006–2017**. Revista de Política Agrícola, 28, dez. 2019. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1429>>. Acesso em: 16 Fev. 2024.